



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000224-98.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **Josias Fidelis Olegario**
Requerido: **Hmr Empreendimentos e Participações Imobiliárias Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter firmado com a ré contrato de promessa de aquisição de plano memorial jazigo, com validade de três anos.

Alegou ainda que após o primeiro ano se arrependeu da contratação e comunicou a ré sobre a rescisão do instrumento, com o que ela não concordou.

Almeja à declaração da rescisão do contrato e da inexigibilidade de débitos dele oriundos, bem como a devolução dos valores pagos à ré.

O contrato de fls. 06/09 não prevê qualquer penalidade ao autor, na hipótese de desejar sua rescisão.

Aliás, a própria ré em contestação reconheceu a possibilidade disso suceder a qualquer momento, mas ressaltou que o autor estava inadimplente.

Não amealhou, porém, um único indício que denotasse situação dessa natureza.

O quadro delineado conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A declaração da rescisão do instrumento celebrado é de rigor, à míngua de dado concreto que obstasse tal alternativa.

Em consequência, e na esteira do que já restou positivado, da mesma forma se reputam inexigíveis eventuais débitos originários desse contrato.

O autor, todavia, não faz jus à devolução do que pagou à ré.

Isso teve base no que foi ajustado entre as partes e se houvesse necessidade a ré cumpriria as obrigações que assumiu como contraprestação aos pagamentos efetivados.

Bem por isso, carece de amparo o autor ao postular a restituição dessas verbas, sendo elas devidas à ré.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a rescisão do contrato firmado entre as partes e a inexigibilidade de eventuais débitos dele decorrentes.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**